



**DIVERSIDADE NAS ESCOLAS, EM PLURICULTURALIDADE, ONDE NOSSO
BRASIL É TÃO VASTO NESSAS DIFERENÇAS**
**DIVERSITY IN SCHOOLS, IN PLURICULTURALITY, WHERE OUR BRAZIL IS SO
VAST IN THESE DIFFERENCES**

SANTOS, Maria Aparecida dos¹
MARINHO, Rafaela Ribeiro²

RESUMO

Este projeto insere-se nas discussões qualitativas sobre as diversidades nas escolas, as consequências dessa interação da pluriculturalidade cultural, assim como, os desafios encontrados com a colocação de subsídios para o emprego da pluralidade cultural no ambiente escolar, e quais as estratégias que estes podem utilizar em relação aos princípios éticos direcionados a diversidade na educação. A diversidade nas escolas, em pluriculturalidade é um tema bastante pertinente e atualizado, tanto no âmbito social, como no contexto educacional. A década de 90 foi distinguida por debates sobre a importância da diversidade cultural direcionada ao setor educacional, como o setor cultural brasileira. Tal efeito é resultado do reconhecimento de possibilidade de alternativas especificando as diversidades étnicas e culturais direcionadas a sociedade brasileiro como estado pluricultural e pluriétnico. Essa pesquisa permitiu uma aproximação dialogal entre as áreas do conhecimento com a necessidade de formação de professores no campo do pluralismo cultural, colocando uma reflexão acerca da importância em estabelecer a presença de várias culturas em só lugar diante a diversidade cultural brasileira, constituindo setor educacional como um estabelecimento responsável por promovê-lo.

Palavras-chave: Pluriculturalidade. Cultural. Diversidade. Formação.

ABSTRACT

This project is part of qualitative discussions about diversities in schools, the consequences of this interaction of cultural pluriculturality, as well as the challenges

¹ Graduação em História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi). Pós graduação em Metodologia de História Universidade Federal de Santa Catarina. (IFSC) . E - Mail: rosapesca9@gmail.com

² Graduação em Marketing pela Universidade Metodista Izabela Hendrix; Pós Graduação em Educação a distância - gestão e tutoria, pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi); Graduanda em Letras pela Universidade Católica de Brasília; Mestranda em Educação pela Universidad Dèl Atlântico. E-mail: rafaelamkt20@gmail.com

encountered with the placement of subsidies for the use of cultural plurality in the school environment, and what strategies they can use in relation to ethical principles directed to diversity in education. Diversity in schools, in pluriculturality, is a very relevant and up-to-date theme, both in the social sphere and in the educational context. . The 1990s were distinguished by debates on the importance of cultural diversity aimed at the educational sector, such as the Brazilian cultural sector. This effect is a result of the recognition of the possibility of alternatives specifying the ethnic and cultural diversities directed at Brazilian society as a pluricultural and pluriethnic State. This research allowed a dialogical approximation between the areas of knowledge with the need for teacher training in the field of cultural pluralism, reflecting on the importance of establishing the presence of several cultures in one place in the face of Brazilian cultural diversity, constituting an educational sector as an establishment responsible for promoting it

Keywords: Pluriculturality. Cultural. Diversity. Training.

1.INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que a educação multicultural é baseada na herança material e espiritual de uma nação, cuja nação é constituída pela diversidade cultural e étnica, e as pessoas que nela vivem carregam princípios e valores que muitas vezes não são reconhecidos. Portanto, existem políticas que apoiam e orientam esses mecanismos culturais. Por isso a classificação vem de séculos de alongamento no tempo e no espaço, de forma que somente no século 20, principalmente aqui no Brasil, os parlamentares se aproximaram das leis vigentes, das leis que regem a educação no Brasil.

Neste sentido, o presente artigo tem como finalidade apresentar pesquisas direcionadas a diversidade no setor educacional, em pluriculturalidade, onde nosso Brasil é tão vasto nessas diferenças. Em primeiro lugar expusemos determinadas pesquisas referenciais direcionando pesquisas para pensar na temática da Diversidade nas escolas, em pluriculturalidade, onde nosso Brasil é tão vasto nessas diferenças, oferecendo a possibilidade em buscar alternativas para especificar as diversidades étnicas e culturais direcionadas a sociedade brasileira.

Nessa definição, esse artigo nasceu buscando sanar a problemática direcionada a complexidade que envolve a problemática cultural, étnica social, pois, percebo que na formação para professores isso precisa ser trabalhado com eles. Para não pecar incluindo suas próprias crenças nos alunos.

É de conhecimento geral que educar significa inventar novos conceitos, que por sua vez permitam aos cidadãos das etnias negras e indígenas superar e valorizar o que não tinham antes e agora, por meio de experiências correspondentes às necessidades humanas.

Nesse contexto, a legislação brasileira parece reger os direitos fundamentais em relação à discriminação, raça, preconceito racial e racismo, com as Leis nº 9.394/96, 10.639/03 e 11.645/08. Por meio da criação de leis compensatórias e da correção das desigualdades raciais e sociais, a política nacional se baseia na correção da discriminação, da raça, do preconceito racial e do racismo, garantindo o tratamento diferenciado das “privações e exclusões” sofridas ao longo dos séculos, criados e mantidos por uma estrutura social excludente e discriminatória. Nesse caso, percebe-se que os oprimidos estão sempre em desvantagem perante os opressores, pois praticam o elitismo nacional. No entanto, a escola é o ambiente que procura não repetir estereótipos, adequando o discurso da prática docente a um discurso pedagógico. Mas tende a reduzir os estereótipos negativos sobre os aspectos positivos de viver. O estado brasileiro legisla que uma cultura discriminatória deve ser menor que hábitos ou crenças e, portanto, permeia o tempo e o espaço e tem resistido às estratégias de luta contra a opressão, a subjugação em relação à população negra e indígena brasileira.

Nessa perspectiva, o objetivo geral do trabalho foi compreender os princípios éticos, solidariedade, justiça e equidade, dignidade, respeito mútuo, encontrando formas de desempenhar o princípio essencial de igualdade para todos.

Nesse posicionamento, nessa pesquisa empregou a metodologia qualitativa e exploratória procurando responder objetivo da pesquisa, baseou-se para análise de revisão bibliográfica.

Dessa forma, é sabido que, as pessoas poderiam se comunicar entre si para construir um país mais híbrido e democrático, onde todos tivessem a garantia de direitos iguais e uma identidade preservada. Olhando para as leis: números 9.394/96 e número 11.645/08, que afirmam que no Brasil a discriminação, a raça, o preconceito racial e o racismo estão no pleno desenvolvimento da pessoa, sabem que a primeira revela os princípios gerais.

2.DESENVOLVIMENTO

2.1 DIVERSIDADE NAS ESCOLAS

Gomes (2011) observou-se que a educação brasileira e define os objetivos específicos das etnias que sofrem essa separação racial não por vontade própria, mas pela condição social decorrente da cultura brasileira provocada pelos períodos: colonial, império e república. É por isso que hoje são necessárias leis claras e objetivas para evitar a punição de grupos sociais que sofrem certos preconceitos e para que a sociedade desenvolva o respeito mútuo segundo os princípios da liberdade e os ideais da solidariedade humana educando-os para a vida e experiência. De acordo com Suanno, Torre; Suanno (2014, p. 20).

Entendemos que a Rede Internacional de Escolas Criativas – RIEC se insere neste contexto de renovação da educação quando se propõe a “reconhecer os potenciais das escolas que tem uma visão transformadora, criativa e inovadora da educação e da sociedade”

Desse ponto de vista, sabe-se que a aprendizagem integrada de idiomas e a educação são importantes para a construção da sociedade civil (BRASIL, 2002). Portanto, o estudo de um texto integrado entre linguagens e educação exige que a construção da sociedade civil seja considerada mais na fase de formação do texto, nesta ordem refletindo-o como recreativo e criativo gera um organismo e cria (re) construir textos nos anos letivos a que se insere.

Os textos literários oferecem uma oportunidade de compreensão de processos simbólicos, historicamente contextualizados e de compreensão das identidades culturais nacionais e regionais e das condições históricas, sociológicas e antropológicas de sua formação. A pesquisa desse atual sugere que um usuário da língua pode ser competente para interpretar, para produzir um determinado tipo de texto, embora não qualquer texto, pois cada situação de comunicação impõe requisitos específicos. Nas palavras de Kamel e Pimenta (2008) essa constatação lança ao vento a noção de que pode ser ensinado um gênero protótipo de textos a partir do qual o aluno pode produzi-los e interpretá-los em suas próprias práticas sociais.

2.2. PLURICULTURALIDADE CULTURAL

De acordo com Marques (2004) para viver democraticamente em uma sociedade pluralista, é preciso respeitar os diversos grupos e culturas que a compõem. A sociedade brasileira não é formada apenas por diferentes etnias, mas também por imigrantes de diversos países. Além disso, as migrações aproximam diferentes grupos. Sabe-se que as regiões do Brasil possuem características culturais muito distintas, sendo que a convivência de diversos grupos sociais e culturais é muitas vezes marcada pelo preconceito e pela discriminação. O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte integrante da identidade nacional e compartilhar a riqueza representada por essa diversidade étnico-cultural, que constitui patrimônio sociocultural do Brasil, investindo para superar todas as formas de discriminação e valorizar o desenvolvimento especial do nacional. identidade grupos que compõem esta sociedade.

Nesse sentido, Marques (2004) menciona que a escola deve ser um lugar onde se aprende que as regras do espaço público permitem que pessoas diferentes coexistam igualmente. Trabalhar o pluralismo cultural acontece a todo o momento e exige da escola uma “cultura de paz” baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e no senso comum de cidadania de todos os brasileiros. A aprendizagem

não acontece por meio de falas, mas sim no cotidiano, onde uns, não são “diferentes” dos outros.

A implementação e melhoria da legislação é crucial, mas não suficiente. Para a construção de uma sociedade justa, livre e fraterna, o processo educativo deve lidar com o campo ético, como atitudes e valores são formados no cotidiano para formar novos comportamentos, novas conexões com quem. historicamente tem sido objeto de injustiça. De acordo com Marques (2004) mesmo em áreas que não possuem uma diversidade cultural tão significativa, conhecer essa característica do pluralismo brasileiro é muito importante. Ao possibilitar o conhecimento mútuo de regiões, grupos e indivíduos, educa crianças, jovens e jovens como cidadãos socialmente responsáveis e fortalece o espírito democrático.

Nesse posicionamento, Marques (2004) menciona que reconhecer a complexidade das questões sociais, culturais e étnicas é o primeiro passo. A escola tem um papel central nesse processo. Em primeiro lugar, porque é um espaço onde alunos de diferentes formações podem conviver com costumes e doutrinas religiosas que diferem dos costumes que ambos conhecem e têm visões de mundo diferentes da família. Nesse contexto, se analisarmos os fatos e as relações entre eles, a presença do passado no presente a partir de diversas fontes, das quais a identidade - ou identidades, seria mais correto dizer - é alimentada por esse recurso do Outro. É importante apreciar o outro lado como um elemento central do Self através do qual podemos experimentar melhor quem somos e quem podemos ser. Em segundo lugar, porque é um daqueles lugares onde se ensinam as regras do espaço público para a convivência democrática com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola dá à criança informações sistematizadas sobre o país e o mundo, e então apoia discussões e debates sobre questões sociais na pluralidade de um país como o Brasil.

Omote (2006) menciona que as crianças em idade escolar convivem com a diversidade e podem aprender com ela singularidades nas características de cultura, grupos étnicos, regiões, famílias são realmente mais claramente perceptíveis quando você as compara com outras. Cada percepção, em particular, é refinada graças ao Outro definido como Limite e possibilidade. Limite no qual cada pessoa realmente é.

Potencialidades para obrigações, novas aplicações. Portanto, a escola deve estar preparada para fornecer informações mais detalhadas sobre questões que o senso comum tem respondido de forma irracional, a menos que a confusão silenciosa às ignore. Esta proposta leva à absoluta necessidade de formação de professores no campo do pluralismo cultural. E despertar essa necessidade especial na formação de professores é um exercício de cidadania. Este é um investimento significativo e deve ser um compromisso político-pedagógico em todo o planejamento de formação de professores e/ou formação de professores/escola.

2.2.1. Subsídios para o emprego da pluralidade cultural no ambiente escolar

Fazenda (2006) menciona que é importante explicar a natureza interdisciplinar do campo de estudos teóricos da diversidade cultural, a fim de obter as informações corretas do ponto de vista do ensino e da aprendizagem. Fundamentos éticos, compreensão das normas legais, incluindo conhecimentos advindos do campo internacional, história e geografia, conceitos e concepções da antropologia, linguística, sociologia, psicologia, aspectos relacionados a estudos populacionais e, adicionalmente, conhecimentos produzidos em pesquisas de campo. Os movimentos sociais e suas organizações comunitárias se baseiam nessa reflexão, que deve ter um caráter extremamente pedagógico no que diz respeito ao funcionamento da escola.

Segundo Neira, Ferrari (2022) toda escolha curricular é caracterizada por fatores culturais, sociais e políticos e fatores que podem ser analisados separadamente para fins educacionais, mas que se fundem na sociedade. O conhecimento sociológico é inestimável na discussão do pluralismo cultural, porque abre oportunidades para compreender os complexos processos de influência mútua de diferentes fenômenos. A escola pode fortalecer a sua atividade se estiver atenta aos problemas da estrutura socioeconômica, da criação de relações dominantes, do papel do universo cultural neste processo.

Souza (2007) menciona que a antropologia se caracteriza como o estudo da alteridade, afirmando o reconhecimento do valor inerente a cada cultura, pois trata do que é exclusivamente humano, como criação, e específico de um grupo especial, em um tempo especial, em um lugar especial. Cada cultura tem sua própria história, limites, características que não cabem em nenhuma classificação que anule a outra. Alguns dos temas, conceitos e expressões do pluralismo cultural dependem fundamentalmente do conhecimento antropológico porque se relacionam diretamente com a organização humana na qual a diversidade está inserida. Dentre eles, destacamos os conceitos de cultura, raça e nacionalidade.

No sentido antropológico desta palavra, Gersem Baniwa (2006) diz-se que cada indivíduo nasce no contexto da cultura e ao longo de sua vida contribui para a sua criação. Não há homem sem cultura, ainda que não saiba ler, escrever ou contar. Como se se pudesse dizer que o homem é biologicamente imperfeito: ele não viveria sozinho sem a participação das pessoas e do grupo que o gerou. A cultura é um conjunto de códigos simbólicos que um grupo reconhece e a partir dos quais são produzidas informações: neles, o indivíduo é formado nos mesmos códigos desde o momento da concepção, e na infância aprende os valores do grupo. Por meio deles, ele posteriormente se familiariza com as responsabilidades da vida adulta tal como é entendida por cada grupo social.

Neira, Ferrari (2022) observaram que a cultura como código simbólico apresenta-se como uma dinâmica viva. Todas as culturas estão em constante processo de reescrita, introduzindo novos símbolos, atualizando valores, adaptando o patrimônio tradicional às novas condições historicamente construídas pela sociedade. A cultura pode incluir um senso de sobrevivência, motivação e resistência. Quando é valorizado, reconhecido como parte necessária da identidade individual e social, aparece como parte da pluralidade característica da vida democrática. Portanto, fortalecer a cultura de cada grupo social, cultural e étnico que compõe a sociedade brasileira, por meio da promoção de seu reconhecimento, reconhecimento e reconhecimento mútuo, é um fortalecimento da igualdade, da justiça, da liberdade, do diálogo e, portanto, da democracia.

De acordo com De Moura, Telma (2008) o tema do pluralismo cultural oferece aos alunos a oportunidade de conhecer suas origens como brasileiras e como participantes de determinados grupos culturais. Ao valorizar as diversas culturas presentes no Brasil, proporciona ao aluno a compreensão de seus próprios valores, aumenta sua autoestima como pessoa e o ajuda a se defender de expectativas desnecessárias que podem ser prejudiciais a ele. Por meio da vida escolar, possibilita saberes e experiências que colaboram para melhorar sua compreensão sobre a injustiça e as manifestações de preconceito e discriminação que vivenciam ou presenciam, e para desenvolver atitudes que negam essas práticas.

Essa auto visão superior fortalece a autoestima e assim abre um diálogo com o outro, assim Souza (2007) refere que para a formação de memórias, identidades e projetos coletivos - sua família, sua etnia, seu bairro, sua classe, sua cidade, seu estado, região, país. Ao introduzir diferentes formas de organização desenvolvidas por diferentes comunidades étnicas e diferentes grupos sociais, como parentesco, faixas etárias, formas de governo, alianças político-econômicas, fica claro que o pluralismo é um fator que fortalece a democracia ao adensar o tecido, ela se dá por meio do fortalecimento de culturas e do entrelaçamento de formas de organização social de diversos grupos.

Marques (2004) o cotidiano oferece muitos depoimentos que permitem trabalhar com pluralidade: fatos sobre a comunidade ou comunidades do entorno da escola, temas típicos da juventude, jornais, notícias de rádio e televisão para esta faixa etária, comemorações locais, programas direcionados e extras. Além disso, intercâmbios entre escolas de diferentes regiões do Brasil e de diferentes municípios de um mesmo estado, bem como consultas a órgãos comunitários e imprensa, inclusive na própria comunidade, são ferramentas pedagógicas privilegiadas na educação de crianças e adolescentes.

Por isso buscamos a construção de um software básico que se relacione com o pluralismo étnico/cultural, que seja suficiente para saber o que é essencial para a situação escolar e outras informações necessárias. Esse conhecimento também deve contribuir para a formação da memória coletiva e da identidade nacional do aluno, que

são reconstruídas a cada dia. Com efeito, o tratamento analítico e crítico da informação relativa à memória coletiva pode fornecer elementos que satisfaçam as necessidades de construção da identidade individual, sociocultural e nacional. Da mesma forma, esta informação pode ser uma contribuição para a elaboração de projetos em situação semelhante em diferentes níveis (individual e coletivo). A contribuição do pluralismo cultural vai para a compreensão da construção da identidade e da história, conhecendo as diferentes comunidades e grupos de pessoas no Brasil de acordo com sua identidade e história.

Assim, Souza (2007) destaca que o problema da discriminação étnica, cultural e religiosa pode ser apresentado como um elemento de aprendizado e crescimento, em vez de permanecer na zona de sombra, o que leva à ambiguidade no discurso e nas atitudes e, assim, estimula os preconceitos ao grupo escolar, que se expressa na compreensão de processos sociais complexos nos quais a pessoa como sujeito sociocultural desempenha um papel ativo.

A pluralidade é ensinada ou vivida? Sem dúvida, o pluralismo se vive, se ensina e se aprende. É uma construção em que todos participam com respeito e sabendo que sem o outro nada se sabe sobre ele, exceto o que sua própria imaginação oferece.

2.2.1.1. Princípios éticos direcionados a diversidade na educação

Losanoff (2021) menciona que hoje convive cerca de 210 etnias indígenas no território do país, cada uma com identidade própria e representa uma riquíssima diversidade sociocultural, além de uma imensa população formada por descendentes de povos africanos e grande número de imigrantes e descendentes de vários povos em continentes com diferentes tradições culturais e religiosas. A dificuldade de classificar os grupos que chegaram ao Brasil e compuseram sua população mostra a diversidade, seja ela continental ou regional, nacional, religiosa, cultural, linguística, racial/étnica, portuguesa, espanhol, inglês, francês, italiano, alemão, polonês, húngaro, lituano, egípcio, sírio, libanês, armênio, indiano, japonês, chinês, coreano,

cigano, latino-americano, católico, evangélico, batista, budista, judeu, islâmicos e tradições africanas, situadas entre inúmeras outras categorias de identificação.

Além disso, a mesma pessoa pode ingressar simultaneamente em diferentes grupos e declarar que pertence igualmente a cada um deles. A vida social brasileira é marcada pela diversidade com diferentes características regionais e manifestações de cosmologias organizam a visão de mundo, ordem social de grupos e regiões, formas de se relacionar com a natureza, vivenciando o sagrado e sua relação com o profano de diferentes formas. A terra e a cidade oferecem diferentes experiências e reações culturais às suas populações, que incluem diferentes ritmos de vida, valores educativos e formas de solidariedade.

Nas palavras de Azevedo e Charlot (2022) uma proposta curricular voltada para a cidadania deve necessariamente tocar na diversidade da sociedade, que é uma das bases concretas para a prática das diretrizes éticas. É uma ética que orienta e exige de todos – especialmente das escolas e professores – propostas e iniciativas para superar preconceitos e discriminações. A contribuição da escola para a construção da democracia é a promoção dos princípios éticos: liberdade, dignidade humana, respeito mútuo, justiça e igualdade, solidariedade, diálogo na vida cotidiana. Devemos encontrar formas de preservar o princípio constitucional da igualdade, o que exige sensibilidade à diversidade cultural e ação decidida para resolver os problemas criados pela injustiça social. Considerações históricas e geográficas mostram uma diversidade regional caracterizada pela desigualdade no pleno respeito aos direitos civis.

Segundo Losanoff (2021) a formação histórica do Brasil apresenta mecanismos de resistência ao domínio de grupos sociais em diferentes momentos. Uma forma de resistência sugere que cada grupo – indígena, africano, europeu, asiático e do Oriente Médio – encontrou maneiras de manter sua identidade cultural, ainda que às vezes de forma secreta e precária.

Portanto, abordar a presença dos índios com a inclusão no currículo de conteúdos que falem de sua rica cultura e seu impacto na sociedade, conforme estipulado na Constituição de 1988 (art. 210, § 2º), é valorizar essa presença e

reafirmar os direitos dos índios como povos indígenas para corrigir uma visão distorcida que, devido à justaposição aleatória das características de diferentes grupos étnicos, os homogeneiza como se pertencessem a um único grupo. A compreensão da formação das sociedades europeias e sua história, viagens de conquista, processos políticos e o entrelaçamento do continente americano (especialmente América do Sul e Brasil) ajudará professores e alunos a gerar referências, não apenas para conteúdo específicos, mas também para o processo usado para construir interações. Isso se insere mais importante dado o nosso momento atual, quando o quadro internacional interfere no cotidiano do cidadão de muitas e variadas formas. O estudo histórico do continente africano compreende uma enorme complexidade.

Outras formas de comunicação também devem ser consideradas, como a linguagem corporal e a linguagem artística em geral, que possibilita a introdução da educação física e da arte em particular. A música, a dança, a arte em geral, relacionada com várias etnias e composições típicas da região, são manifestações culturais que as crianças e os jovens podem sentir e vivenciar. Assim, eles enriquecem seus conhecimentos sobre a diversidade do Brasil e, ao mesmo tempo, desenvolvem sua capacidade de expressão. A diversidade cultural e socioeconômica inclui diferentes formas de cooperação e nível de responsabilidade entre os jovens. Recomenda-se o trato desse conteúdo por meio de correspondência com outros jovens, tanto da mesma turma ou escola quanto de outras e até mesmo de diferentes cidades ou estados, o que promove o efeito transversal do conteúdo de língua portuguesa e no contexto das conexões estabelecidas na história e na geografia.

Mais uma vez, a análise da diversidade de experiências existentes em várias comunidades étnicas é relevante como conteúdo destinado a avaliar o pluralismo cultural característico do Brasil e como meio para compreender a diversidade de formas de organização popular. Assim, considerar a relação entre organização política e pluralismo permite analisar diferentes formas de organização política em diferentes grupos de pessoas, em diferentes momentos da história, e a situação atual dessa diversidade no Brasil. Também dá a entender os diferentes papéis dos jovens e

adolescentes em diferentes grupos de pessoas em diferentes momentos e de certa forma sua situação atual no Brasil. Examinar o papel das organizações estudantis histórica e atualmente em diferentes níveis - escolar, municipal, estadual, nacional - é uma forma interessante de analisar como a prática da cidadania pode ser aplicada aos jovens e estudantes em geral.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos a oportunidade de observar empiricamente a Lei nº. 11 645/08 e a opinião de diversos autores sobre a efetividade desta provisão em reconhecer a complexidade das questões sociais, culturais e étnicas. Nesse posicionamento, a necessidade de formação continuada é fundamental para que os especialistas que queiram tratar do assunto com mais competência na escola básica, e as universidades, principalmente as públicas, tenham o dever de tratar o assunto de forma abrangente e criar o embasamento necessário em criar uma forma alternativa e humanizadora de lidar com as diferentes culturas para o emprego da pluralidade cultural no ambiente escolar como em todo o Brasil.

A análise das percepções dos autores confirmou o papel estruturante do ambiente escolar na formação ideológica inferior aos povos indígenas. A reprodução ocorre tanto no processo de ensino e aprendizagem, por meio de uma atividade que repete representações históricas romantizadas e degradantes, quanto pelo exemplo, como vimos professores repetindo o discurso da ideologia dominante, colocando culpa e responsabilidade pelo tratamento do “outro”. Neste caso, os nativos como uma espécie de inimigo ou pelo menos um obstáculo ao progresso dentro das fronteiras. Historicamente, as performances construídas a partir da escola, como vemos, representam o reforço dessa homogeneização, além do enfraquecimento ativo dos símbolos específicos e coletivos de cada cultura. É importante destacar que a própria escola é um espaço não homogêneo que requer o desenvolvimento de uma atividade crítica e a construção de representantes mais próximos das demandas das organizações de proteção aos povos indígenas. Inicialmente, havia indícios de falta

de formação continuada que estruturasse atividades que atendessem satisfatoriamente a Lei nº. 11 645/08.

Nesse projeto em estudo, trabalhamos com as concepções desenvolvidas por Gersem Baniwa (2006) e Losanoff (2021) sobre as representações dos indígenas ao longo da história do país e identificadas nas falas de alunos e professores, principalmente o romantismo. e visões bárbaras sobre os povos indígenas, mesmo com raras observações que poderiam ser classificadas como uma visão cidadã. Essa compreensão atribui aos povos indígenas, como sujeitos históricos e culturais, deveres e qualidades alheias às suas compreensões e idealizações de seu modo de vida, como a responsabilidade pelo manejo florestal e a insuficiente interação com os aparatos técnicos modernos.

As contribuições teóricas, principalmente a obra de Gomes (2011), foram fundamentais para a compreensão da estrutura holística da representação em processos estruturais gerais - como o tratamento histórico dos povos indígenas durante o processo de escolarização. Nos processos pontuais observados na história do Brasil e do Centro Educacional Graça Aranha, como uma abordagem superficial e homogeneizadora das culturas indígenas. A construção de uma visão romantizada das culturas indígenas dá uma falsa impressão de indulgência e tolerância e deve ser combatida como a versão bárbara.

Para tanto, é importante a atividade crítica intercultural, que é a base para a elaboração de uma proposta pedagógica, embora sua percepção ainda seja limitada e pouco comum no ambiente escolar. A obtenção de informações por meio de grupos de discussão atingiu satisfatoriamente os objetivos do estudo, o que permitiu analisar o efeito estrutural das idealizações escolares em um ambiente específico. O diálogo horizontal e não hierárquico característico das rodas de conversa foi necessário para que pudéssemos diagnosticar e construir soluções adequadas a este ambiente. Ajudou-nos muito ver a sinceridade dos autores estudados, que não eram vistos como defeitos pessoais, mas como reflexos de processos estruturais, mesmo quando traziam preconceitos que atormentavam a si mesmos, sua família ou sua escola.

Aqui, identificar o problema deve vir antes de condenar a prática dos alunos e professores também são vítimas da falha estrutural de todos os entendimentos dominantes. Esta pesquisa não pretendeu definir ou encerrar o debate sobre este tema direcionado a diversidade nas escolas, em pluriculturalidade. Ao contrário, como o tema ainda não é discutido no sentido comum ou mesmo no meio acadêmico, procuramos nos enquadrar naqueles que se colocam entre aqueles que se empenham em criar uma relação humana transcultural, respeitosa, afetiva e transcendente dos limites ditados pelas relações na cultura do consumo e da acumulação, que é nosso ponto de partida nas culturas as diversidades nas escolas do Brasil. Entendemos que com base nos apontamentos característicos desta pesquisa, podemos entendê-la como pedra angular na formação de uma nova perspectiva de pensamento em relação a outro sujeito, que devido ao processo histórico tornou-se inferior e subordinado e detentores do poder ideológico dominante. Portanto, nossa pesquisa tem impacto direto na compreensão que professores alunos, pesquisadores e demais interessados têm do outro, diferente, culturalmente diverso, indígena, negra ou não, mas que de alguma forma é objeto de preocupação e análise que motivam as discussões contidas nesta dissertação de mestrado.

De resto, foi impossível não referir o contributo de Marques (2004) e o impacto pessoal que a participação na disciplina, às atividades planejadas e o desenvolvimento do trabalho tiveram na investigadora. As provocações contidas neste trabalho são, sem dúvida, fruto de fundamentadas reflexões pessoais e pretendem servir de guia para quem deseja saber mais sobre diversidade indígena, quilombo, mulher negra, católico, evangélico, batista, budista, judeu, islâmicos e tradições africanas, situadas entre inúmeras outras categorias de identificação, etc. O estudo mostra a necessidade de garantir alternativas, que além das demandas dos povos compreendendo os princípios éticos, solidariedade, justiça e equidade, dignidade, respeito mútuo, encontrando formas de desempenhar o princípio essencial de igualdade para todos, também é preciso criar modos de pensar de outras subculturas - como negros, ribeirinhos, quilombolas etc. Além de educação cívica dos alunos, acreditamos que os professores e as professoras são a base para a construção desse

caminho do meio, por isso enfatizamos a necessidade de formação contínua nas áreas aqui exploradas para proporcionar competência profissional em multiculturalismo. A escola, como vimos, é um espaço de práticas e discursos conflitantes, um verdadeiro campo de batalha. A mesma escola que estabelece as metas e os padrões da ideologia neoliberal luta pelo desenvolvimento humanitário e cívico de seus alunos.

O fato de que a educação visa exclusivamente à formação de empregos deve ser abordado. Os professores precisam de uma base teórica e prática sólida para defender a diversidade. Por fim, esperamos que as estruturas feitas neste estudo ajudem e reforcem a necessidade de uma intervenção sistemática na educação básica que vise superar a subalternização do pluralismo cultural no Brasil. Ressaltamos a necessidade da participação dos educadores e indígenas do país nesse processo de afastamento da ideologia dominante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa; CHARLOT, Bernard. Educação e diversidade nas percepções de professores e gestores escolares. *Revista e-Curriculum*, v. 20, n. 1, p. 40-69, 2022.

BANIWA, G. J. D. S. L. (2006). *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre o índio brasileiro de hoje*. Rio de Janeiro; Brasília: Trilhas de Conhecimentos/LACED; MEC/SECAD.

BRASIL. Constituição (1988). Art. 210, parágrafo 2º. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DE MOURA, Telma Francisco. Monografia: Pluralidade cultural no ensino aprendizagem. 2008.

FAZENDA, I. C. A. (2006). *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Papyrus editora.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 27, n. 1, 2011.

KAMEL, Luciana; PIMENTA, Cristina. Diversidade sexual nas escolas: o que os profissionais de educação precisam saber. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 2008.

LOSANOFF, Marcus Vinicius Barcelos Lima. Representação, identidade e resistência musical no DOCTV América Latina. 2021

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. A Pluralidade Cultural e a Proposta pedagógica na Escola—um estudo comparativo entre as propostas pedagógicas de uma escola de periferia e uma escola de remanescentes de quilombos. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2004.

NEIRA, Marcos Garcia; FERRARI, Mario Luiz. Pedagogia da cultura corporal: crítica e alternativas. Phorte Editora, 2022.

OMOTE, Sadao et al. Inclusão e a questão das diferenças na educação. Rev. Perspect, v. 24, n. 3, p. 251-272, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE – MG). Proposta Curricular de Conteúdos de Língua Portuguesa: Ensinos Fundamental e Médio. Belo Horizonte: SEE – MG, s/d.

SOUZA, Mauricio Rodrigues de. Experiência do outro, estranhamento de si: dimensões da alteridade em antropologia e psicanálise. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SUANNO, João Henrique. Escolas criativas: o ser, suas aprendizagens, suas relações humanas e o desenvolvimento de valores. REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura, vol. 6, nº 2, outubro, 2014. P. 12-23.